

ESTUDO DE CASO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SUELI DOS SANTOS SCHUPEL¹
ANDRÉ DIAS MARTINS²
CAMILA CHIRNEV CAOBIANCO³

RESUMO: O presente trabalho se refere ao estudo de caso realizado com alunas da rede regular de ensino com ênfase na deficiência intelectual. A finalidade dessa pesquisa é abordar temas que vem pensar na escola como o lugar onde se desenvolvem competências e tenta buscar respostas à problemática de quais metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. Esta pesquisa torna-se bibliográfica no que se refere à fundamentação teórica quanto à deficiência intelectual, a contribuição de autores para o estudo com relação à aprendizagem dos alunos, a inclusão escolar, os desafios à escola e a importância do currículo. Por fim torna-se investigativa quando busca compreender através do estudo de caso duplo, o processo de ensino para o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual. Pretende-se, também atingir os objetivos específicos propostos no descrever o encaminhamento dessas alunas, suas vivências de ensino na tentativa de acertos da escola frente ao processo de inclusão.

Palavras-chave: Escola contemporânea; Treinamento docente; Recursos educativos; Processos de ensino; aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

¹ Sueli dos Santos Schupel (Autora). Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Contestado, UNC Pós-Graduada em Educação Especial.

² Prof. Me. André Dias Martins. (Orientador) Bacharel em Sistemas de Informação, Licenciado em Sistemas de Informação, Licenciado em Pedagogia, Licenciado em Matemática, Especialista em Desenvolvimento de Sistemas para Web, Especialista em Pesquisa Educacional, Especialista em Docência no Ensino Técnico e Profissional, Especialista em Docência com Ênfase em Distúrbios de Aprendizagem, MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Gestão de Pessoas, Mestre em Ciência da Computação, Mestre em Ensino e Tecnologia, Doutorando em Educação para o Ensino da Ciência e Matemática (prof_andre@fcv.edu.br)

³ Profa Me. Camila Chirnev Caobianco (Co-Orientadora) Possui Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações na linha Organização e Conhecimento (bolsista na modalidade Taxa PROSUP CAPES), Especialista em MBA Gestão da Produção (UTFPR), Especialista em EAD e Tecnologias Educacionais (UniCesumar), Bacharel em Administração com ênfase em Comércio Exterior (UniCesumar). Foi professora mediadora 40h, nos cursos de Processos Gerenciais, Administração e Engenharia de Produção. Professora da Faculdade Cidade Verde - FCV e Professora RPA da Unicesumar (prof_camila@fcv.edu.br)

O presente artigo apresenta a investigação a respeito da Deficiência Intelectual a fim de demonstrar como se organiza o ensino na unidade escolar frente à singularidade dos alunos ditos “especiais”, através do estudo de caso no processo de ensino e aprendizagem.

Delimita-se no decorrer do artigo a responder a seguinte problemática: de quais metodologias aplicadas na escola podem potencializar o desenvolvimento dos alunos com essa deficiência, procedimentos esses que mobilizam o processo de ensino.

Desse modo justifica-se a necessidade de que sejam percebidas e socializadas as manifestações de ensino existentes dentro da escola; principalmente se estas pensadas nas possibilidades das crianças. A escola, deve extrapolar o ensino para fora de seus muros; somando forças entre o ambiente de sala de aula normal com a de recursos; e estando, as duas integradas, poderão fortalecer uma cultura inclusiva; que excluirá a condição de segregação dos alunos especiais.

Levando esse fato em consideração, existe a possibilidade de que após a identificação e um conhecimento melhor do contexto escolar inclusivo, docentes e/ou pessoas interessadas no assunto; possam exteriorizar de alguma forma as práticas e atitudes educacionais adotadas pela escola no ensino desses alunos; que irão exigir uma atenção maior em sua aprendizagem.

Para atingir o objetivo geral da presente pesquisa busca-se: compreender através do estudo de caso o processo de ensino para o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual através da leitura de relatórios pedagógicos e de diagnósticos dos alunos tanto quanto ao questionamento feito a professora da sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Dos seguintes objetivos específicos busca-se: perceber a importância do contexto escolar e práticas de ensino mediado; a definição e fundamentação teórica sobre a deficiência intelectual, os desafios para a inclusão na escola e a legislação vigente, além da importância do currículo; e por fim verificar os procedimentos e recursos adaptados às necessidades educacionais especiais no ambiente da sala de recursos.

A metodologia do presente artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de livros e autores referenciados ao longo deste projeto e meios de comunicação, ou seja, a internet; para fundamentar o assunto a respeito da Deficiência Intelectual, da Educação Inclusiva e a escola. Posteriormente, houve a necessidade no delimitar a pesquisa para a realização do estudo de caso em relação às duas alunas que participaram da pesquisa. Levando em consideração, o pedido da unidade escolar; de que a atual pesquisa fosse realizada através da observação; sem a presença da pesquisadora em sala e/ou diretamente com as duas alunas.

A pesquisa passa então a se tornar investigativa/ descritiva, por ser realizada através da leitura de diagnósticos psicológicos e relatórios pedagógicos; fornecidos pela escola, pela segunda professora e a contribuição da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) ao responder a 10 (dez) questões referentes ao ensino ministrado na sala de recursos, bem como as adaptações e contextos que as alunas frequentam. Reunidos os dados necessários, origina-se ao final deste trabalho, o relato da prática de ensino mediada pelas referidas professoras, bem como o processo de encaminhamento psicológicos dessas alunas com deficiência intelectual.

2 A DEFICIÊNCIA MENTAL

A deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedade de abordagens do mesmo.

O conceito de deficiência adotado no Brasil foi proposto pela Associação Americana de Retardo mental (2002), atualmente denominada de Associação Americana de Deficiência Intelectual: uma incapacidade que se expressa por limitações no funcionamento individual dentro do contexto social e representa uma desvantagem substancial para o indivíduo. A incapacidade do indivíduo pode ser caracterizada por problemas severos na capacidade, habilidade e oportunidade de funcionamento, em contexto. A associação apresentou um modelo ampliado de abordagem multifatorial para a etiologia, que aponta quatro fatores causais:

biomédico, social, comportamental e educacional (MARTÍNEZ; TACCA, 2011, p. 114 e 115).

Para esses autores, no que se refere à efetivação de diagnóstico, a sua classificação, e o suporte de auxílio são incidências diretas do processo educacional; e o primeiro processo é o de triagem, que considera três aspectos: constatação de limitações significativas, adaptativas, e ainda a idade de instalação da deficiência foi antes dos dezoito anos.

Posteriormente, em 2004, o termo deficiência intelectual, através da Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde, com a aprovação do documento com o nome de “Declaração de Montreal sobre deficiência intelectual” recebe a nova terminologia e pretendeu-se deixar claro que se tratava de deficiência do intelecto, e não do cérebro como um todo. Conforme os autores Martínez e Tacca (2011, p.117), a definição apresenta-se como uma “incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, que abrange várias habilidades sociais”. Tais definições tornam-se importantes na identificação etiológica da Deficiência Intelectual para o estudo de caso e, atualmente, segundo a nova classificação para os Transtornos Mentais, pode ser classificada como:

Deficiência Intelectual ou Transtorno do desenvolvimento intelectual é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Os três critérios a seguir devem ser preenchidos:

- A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados.
- B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação

social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade.

- C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (NASCIMENTO, 2014, p.33).

Conforme a funcionalidade e a adaptação desses alunos, os níveis de gravidade são definidos, sendo apresentados como: leve, moderado, grave e profundo.

2.1 Inclusão escolar: caminhos, desafios e perspectivas

Claramente, “a inclusão de alunos especiais no sistema regular de ensino baseia-se na perspectiva de uma educação para todos”. (COSTA, 2016, p. 119), tanto que esse direito é ratificado em vários documentos entre eles na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9395/96, e na Declaração de Salamanca, bem como no Parecer 17/2001 e Resolução n. 2. do Conselho Nacional de Educação.

A Política Nacional de Educação Especial/2008 relata a lei que altera o tratamento no modo de ensinar crianças especiais algumas décadas atrás:

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais (MEC/SAED, p. 02).

Muitas leis ocasionaram, gradativamente, mudanças em relação à Educação Especial no decorrer dos anos até então; ocorrendo atualmente o fato de que o espaço da escola regular é propício a esses alunos com deficiências. Surgem assim, dúvidas em relação às próprias formações entre professores; que metodologias devem ser aplicadas, quais materiais usar de forma adequada e progressiva para ensino dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2.2 Os desafios da escola inclusiva

Os saberes diversos das pessoas, as suas diferenças, desafiam a escola atual a uma aproximação de ensino com o aluno, que o perceba em sua subjetividade e que busque subsídios diferenciados de metodologias para trabalhar o que é heterogêneo. Não há como deixar de pensar na tomada de decisões inclusivas utilizadas pelo docente e a entidade escolar senão ter à frente esses novos contextos:

A escola deve valorizar a diversidade em sua prática pedagógica e levar em conta que nem todos aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo. Que metodologias devem ser pesquisadas e empregadas a fim de alcançar a maioria dos alunos. O processo ensino-aprendizagem precisa voltar-se para todos os alunos, levando-se em consideração suas diferenças [...] por outro lado, a interação com os outros traz à tona diferenças que devem ser respeitadas, todas elas. As mais explícitas como as de gênero e de etnia e as mais implícitas como as de gostos e de preferências pessoais. Isso significa não esconder as desigualdades e nem “tolerar” o diferente, mas conhecê-lo, valorizá-lo e respeitá-lo como se deve conhecer, valorizar e respeitar todo ser humano (COSTA, 2016, p.13).

Alguns alunos levarão mais tempo para chegar ao conhecimento, outros viverão experiências únicas, e cabe ao professor possibilitar que esses caminhos sejam trilhados – por isso a importância de manter-se em uma formação contínua; de incorporar-se às novas tecnologias de ensino; e da busca da prática de pesquisa e atitudes metodológicas diversificadas que o ensino contemporâneo exige, na intenção de formar cidadãos conscientes e críticos.

A falta de participação e de atenção em relação à cultura e seus respectivos conhecimentos transbordam em obstáculos, que por sua vez devem ser combatidos pelo grupo escolar como assuntos de sua responsabilidade; o que vem trazer o subsídio da escola e sua importância: o Currículo.

Para Naspolini, segundo as transformações que ocorrem no Currículo:

Os professores percebem a parte visível do currículo (mudou a forma de fazer). O que eles não percebem, a parte implícita, é que o modo de fazer revela uma opção política e que o movimento contínuo, difuso e abrangente de atualização, é próprio da pós-modernidade (NASPOLINI, 2009, p.63).

O currículo baseia-se em valores e possui direções que demonstram determinados resultados, tendo em vista o contexto histórico e social no qual está inserido. Reformulando, ampliando horizontes o professor vai adquirir uma melhor forma para trabalhar com as dificuldades dos alunos e ministrar seu conteúdo com mais tranquilidade:

O currículo escolar é o documento que prevê os diferentes atendimentos e deve expressar as necessárias adaptações que promovam uma participação social plena de todos os alunos. Portanto, os currículos devem ser inclusivos, com formas flexíveis de ação, buscando as necessárias adaptações e modificações para atender às necessidades individuais dos alunos, além das necessidades coletivas. Tais adaptações podem ser de grande ou pequeno porte (COSTA, 2017, p.11).

Essas considerações são importantes para mudar a associação direta que se faz entre currículo e conhecimento, mas todo conhecimento que constitui o currículo está diretamente vinculado ao que se é, e o que pode tornar a ser.

2.3 A escola investigada

A Escola Básica Municipal Severo de Andrade – situada no município de Canoinhas, dentro do distrito de Campo da Água Verde – foi a unidade de ensino escolhida para a averiguação de um estudo de caso.

Atendendo a alunos do pré-escolar da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, o colégio canoinhense apresenta, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a pretensão de:

[...] formar pessoas capazes de pensar e agir como seres históricos que tenham consciência de sua importância no processo de transformação de si mesma e do mundo, cidadãos curiosos, criativos (ANDRADE, 2018).

Seguindo essa linha de pensamento, a escola segue teorias de Piaget e Vygotsky no atendimento educacional que vise um aprendizado consciente e transformador do alunado. Levando em consideração que para Piaget (construtivista), o conhecimento é uma construção contínua – uma ação da criança sobre o objeto –, ele defende a ideia de que, em nenhum momento, o conhecimento está pronto ou acabado, mas sempre em construção, graças às interações do indivíduo com o meio físico e social.

Já Vygotsky (interacionista), parte do princípio de que é preciso considerar pelo menos dois níveis de desenvolvimento: o real e o potencial, onde o nível de desenvolvimento real é a capacidade que o indivíduo já adquiriu de realizar tarefas de forma independente.

Na escola, esse desenvolvimento manifesta-se naquelas tarefas que o aluno realiza sozinho, de forma correta, sem dificuldades. O nível potencial é constituído daqueles aspectos do desenvolvimento que, num determinado momento, está em processo de realização. Ocorre nas atividades que o aluno não consegue realizar sozinho. Para esse pensador, toda prática pedagógica se baseia em um conceito de homem, de sociedade e de educação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho tem cunho bibliográfico e investigativo. Pelo fato de a pesquisa envolver o assunto a respeito da Deficiência Intelectual na escola, bem como das práticas educativas em relação à educação inclusiva no estudo; houve a necessidade de buscar contribuições teóricas em relação

ao mesmo. Para Marconi e Lakatos (1998, p.57) “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que for escrito sobre determinado assunto”.

Complementando a importância do subsídio teórico para a realização de trabalhos em pesquisas Tozoni-Reis (2009, p.25) complementa: “Na pesquisa bibliográfica, vamos buscar, nos autores e obras selecionados os dados para a produção do conhecimento pretendido”. Portanto, foram destacados autores atuais em seu embasamento teórico e metodológico. Pensadores como Piaget e Vygotsky foram adicionados na fundamentação teórica pela importante visão e contribuição que tem a respeito do desenvolvimento da criança; no tentar entender os processos mentais e a relação do aluno com o ensino e aprendizagem.

A pesquisa torna-se posteriormente investigativa/ descritiva ao ser delimitada a abordagem para coleta de dados pela pesquisadora e autor do referido trabalho:

A pesquisa descritiva, conforme diz o próprio nome, descreve uma realidade tal qual como esta se apresenta, conhecendo-a e interpretando-a por meio da observação, do registro e da análise dos fatos e fenômenos (variáveis). Ela procura responder a questões do tipo “o que ocorre” na vida social, política, e econômica, sem, no entanto, interferir nessa realidade (FONSECA, 2012 p.22)

Assim, a pesquisa investigativa/ descritiva vai levar em consideração o pedido da unidade escolar, no sentido de que a investigação ocorresse através da observação e análise de diagnósticos psicológicos e relatórios pedagógicos das crianças, bem como de entrevistas, sem a ocorrência direta da pesquisadora em sala e/ou com as alunas, devido ao andamento de muitos estágios estarem ocorrendo no meio escolar.

Passou-se então a realização do estudo de caso referente à deficiência intelectual onde Martínez e Tacca ressaltam a importância dessa investigação:

Optamos pelo estudo de caso por possibilitar investigação em profundidade, com a utilização de vários métodos para obter informações sobre a história de vida do sujeito pesquisado, bem

dos determinantes sociais, políticos e econômicos (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 112).

Os diagnósticos psicológicos e relatórios pedagógicos foram fornecidos pela orientação escolar, pela segunda professora, adicionado da participação da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) no relato sobre o seu atendimento e ensino aplicado em sala com as alunas com deficiência intelectual. Esse material coletado deu-se através das respostas a 10 (dez) questões abertas produzidas pela autora e pesquisadora (em apêndice), e que a professora de recursos se submeteu a responder.

Em relação ao questionamento utilizado Fonseca considera: “O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com exatidão o que se deseja. A finalidade do questionário é obter de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que obtém em uma investigação, em relação à população ou amostra determinada” (FONSECA, 2012 p.38)

Na utilização desses recursos de coletas de dados descreve-se de forma precisa e empírica o resultado da análise encontrada para o estudo no caso das duas alunas que participaram da pesquisa.

Atualmente, é importante ressaltar os assuntos a respeito do direito dos alunos com deficiências. Maria Teresa Eglér descreve o que ainda acontece nas escolas. São atitudes contrárias, e tomadas de decisões educativas, muitas vezes indecisas; que mantêm a escola estagnada:

Estamos vivendo um momento de tomada de decisão, em que não adianta mais “tapar o Sol com a peneira”. O próprio tempo, de tão longo, já foi suficiente para que se entendesse o que é proposto como uma escola para todos. Se ainda não conseguimos avançar em sua direção, é porque, certamente, pesam muito essas contendas e esses desencontros entre os que se dispõem a progredir, a revirar as escolas comuns e especiais do avesso, e os que querem conservá-las como estão, para garantir outros benefícios, para impedir avanços, para barrar o novo (MANTOAN, 2011 p.35)

Atitudes como esta certamente dificultarão o processo de inclusão em muitas escolas da rede pública; pois de acordo com esta autora a escola atual precisa mudar em muitos aspectos; principalmente o pensamento dos professores. A legislação vigente, no Brasil, tanto a nível federal quanto em estadual, ampara e garante os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. Mas a existência de uma lei, não garante que os direitos estejam sendo assegurados. Contudo, conforme o art. 208, os preceitos constitucionais determinam que o direito à educação das pessoas com deficiência deverá ser garantido pelo Estado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CASO X

As informações psicológicas abaixo citadas em relação ao diagnóstico e histórico da aluna aqui denominada caso X foram extraídas da observação do modelo de Relatório de Avaliação Psicológica, do Programa “Espaço Crescer”. Atendimentos: Serviço Social, Fonoaudiologia e Psicologia da Prefeitura Municipal de Educação e assinado pela psicóloga denominada especialista. Segundo esse documento, atualmente o caso X tem 10 anos e frequenta o 4º ano do Ensino Fundamental da Escola situada em Santa Catarina. Seu primeiro diagnóstico patológico realizou-se aos seis anos de idade, quando matriculada no pré-escolar.

No dia 22 de fevereiro de 2018, durante o período vespertino, foi realizada uma entrevista de anamnese com a mãe do caso X, quando a mesma esteve visitando as dependências da Escola Básica Municipal Severo de Andrade. Ela relata que a filha nasceu prematura e teve complicações de saúde nos primeiros dias de vida. Com o passar do tempo, apresentou dificuldades, como a perda de peso, convulsões e, mais tarde, teve atraso com relação ao desenvolvimento psicomotor e também na linguagem. Aos seis anos, tinha atitudes comportamentais bastante dependentes e irritava-se ao ser contrariada.

Quanto à queixa escolar para encaminhamento, deu-se pelo fato das dificuldades quanto ao vocabulário, dificuldade motora e de compreensão. Em avaliação psicológica, investigou-se em sua capacidade intelectual, com recursos e instrumentos formais e informais com quadro compatível com Deficiência Mental Leve – conforme CID10 F70 –, necessitando frequentar o AEE, além de receber auxílio de monitora em sala de aula.

Conforme a observação feita pela pesquisadora, do Relatório Pedagógico, realizado e entregue à escola ao fim do ano letivo de 2017 pela segunda professora, licenciada em Pedagogia, a aluna do caso X é descrita como uma aluna de boa convivência na comunidade escolar. Contudo, têm dificuldades na coordenação motora fina e realiza a escrita em caixa alta, fazendo relação entre o som e a letra, obtendo melhor desenvolvimento na leitura, mas apresenta dificuldades na pronúncia de algumas palavras. Demonstra interesse em aprender, mas não arrisca hipóteses, pedindo sempre auxílio da professora ou monitora.

Em Matemática, reconhece os símbolos numéricos e os relaciona com quantidade, realizando operações de adição e subtração no concreto. Suas atividades são resumidas e adaptadas conforme a necessidade do momento, principalmente se for extensa.

Tem dificuldade motora ampla, obedecer às regras dos jogos propostos pelo professor de Educação Física, não realiza as atividades em tempo normal, mas desenvolve e conclui corretamente. Constrói e desenvolve atividades em Artes; mas sua capacidade viso-espacial e reconhecimento de limites ainda é sua dificuldade.

4.2 CASO Y

As informações psicológicas abaixo citadas em relação ao diagnóstico e histórico da aluna caso Y foram extraídas da observação do modelo de Relatório de Avaliação Psicológica, do Programa “Espaço Crescer”. Atendimentos: Serviço Social, Fonoaudiologia e Psicologia da Prefeitura Municipal de Educação e assinado pela

psicóloga especialista. Segundo esse documento, atualmente a aluna Caso Y tem 11 anos e frequenta o 4º ano do Ensino Fundamental. Teve seu primeiro diagnóstico patológico realizado aos sete anos de idade na Escola situada também em Santa Catarina quando frequentou o pré-escolar.

No dia 23 de fevereiro de 2018, durante o período matutino, foi realizada uma entrevista de anamnese com a mãe do caso Y, quando a mesma esteve visitando as dependências da Escola Básica Municipal. Obtiveram-se informações de que a menina teve um nascimento normal, sem nenhuma complicação gestacional. A mãe tem dois filhos e o caso Y é a primeira. Entretanto, existem muitas dificuldades financeiras em casa; e o pai teve problemas com o uso de bebidas alcoólicas, o que ocasionava muitas discussões entre os pais e que a aluna presenciava. Ainda assim, o caso Y teve um desenvolvimento psicomotor dentro da normalidade.

Quanto ao aprendizado de ordens e regras, caso Y ficava nervosa facilmente, demonstrando resistência para estudar, além de ser esquecida, conforme relata a mãe. Quanto à queixa escolar para seu encaminhamento para avaliação, deu-se pelo fato de sua timidez e insegurança, precisando ser incentivada a brincar e interagir. Na aprendizagem, apresentou dificuldade e necessidade de auxílio para entender e executar ordens.

O diagnóstico realizado através de recursos formais e informais, apresentou comprometimento de sua função intelectual: seu processo de aprendizagem seria lento, necessitando de auxílio e um currículo diferenciado e flexível; além de apoio pedagógico, considerando suas habilidades.

Sua hipótese de diagnóstico foi de Transtorno Misto das Habilidades Escolares – conforme CID10 F81.3. O trabalho de estimulação no Atendimento Educacional Especializado foi realizado e, após o período de um ano, caso Y foi reencaminhada, voltando com diagnóstico de DI Leve (CID10 F70).

Conforme a observação feita pela pesquisadora, do Relatório Pedagógico, realizado e entregue à escola ao fim do ano de 2017 pela segunda professora, licenciada em Pedagogia, o caso Y tem um bom convívio na sala de aula e na unidade escolar. Apesar da distração, sua coordenação motora fina é boa. Realiza suas

atividades na letra cursiva, mas a leitura está no nível alfabético, fazendo relação entre o som e a letra, necessitando auxílio para realizar atividade oral ou escrita. Há tentativa de prestar atenção às atividades propostas pela professora regente, mas tem dificuldade na memorização, o que ocasiona certa insegurança para realizar suas atividades. Devido a sua deficiência e sua concentração limitada, as atividades são resumidas e adaptadas conforme a necessidade do momento – sendo esta muito extensa, então é adaptada. Está tendo um bom desenvolvimento na leitura, porém apresenta dificuldades na interpretação de textos, sendo questionada em suas atividades, arisca hipóteses. Apresenta-se nos Momentos Culturais realizados pela escola espontaneamente e demonstra ser uma aluna participativa.

Em Matemática, reconhece símbolos e os relaciona à quantidade. Resolve operações de adição e subtração simples no concreto. Na disciplina de Artes, gosta de pintar, e sua capacidade viso-espacial e reconhecimento dos limites são bem desenvolvidos. Sua coordenação motora ampla é boa – respeita regras, realizando atividades em tempo normal nas aulas de Educação Física.

4.3 ATENDIMENTO ESPECIAL

O relato e informações descritos abaixo, a respeito das atividades e o ensino na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi realizado através de respostas originárias de 10 questões abertas (realizadas indiretamente com a professora da sala do AEE no dia 20 de fevereiro de 2018, nas dependências da Escola Básica Municipal de Santa Catarina.

O atendimento especializado recebido nos casos X e Y é realizado pela professora do AEE, formada no Magistério e graduada em Educação Especial. Sua função como professora é de conhecer as deficiências de seu público alvo, de modo que consiga identificar as possibilidades e necessidades de cada aluno. A respeito do direito de cada aluno e da legislação em vigor, Fernandes (2013) cita trecho da

Resolução nº 4/2009, que descreve como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (FERNANDES, 2013, p. 129 e 130).

Segundo a professora, é assegurado o atendimento dos casos X e Y no contra turno duas vezes na semana, com duração de uma hora cada em atendimento único; e além de atender alunos da escola citada acima, atende alunos em outra unidade escolar próxima da comunidade. As atividades realizadas abrangem as dificuldades de ambos os casos, cada uma na sua peculiaridade; onde as mais utilizadas no AEE são em relação ao brincar.

O conteúdo ministrado em sala de aula nem sempre consegue ser compreendido pela criança, exigindo-se assim uma adaptação aos conteúdos, de forma simplificada para que ocorra a aprendizagem. Para que isso aconteça, a criança deve ser estimulada e, dentre as adaptações de atividades, são utilizados os recursos da sala do Atendimento Educacional especializado.

Percebendo-se que tais atitudes ajudam expressivamente no desenvolvimento acadêmico, também são utilizados testes e escalas de desenvolvimento anualmente, de forma a auxiliar tanto a triagem e o diagnóstico – bem como em relação ao planejamento e progressão do tratamento, caso alguma anormalidade ocorra. Os casos X e Y também participam de atividades no laboratório de informática, na biblioteca, de recreio assistido e momentos culturais realizados na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os professores, bem como os demais responsáveis pedagógicos, procuram ações que consolidem o sistema de inclusão na unidade escolar; permitindo aos alunos com Deficiência Intelectual usufruir de recursos comuns aos colegas de sala e os adaptados às suas necessidades.

O desafio de inventar o cotidiano, inovar e entrelaçar os serviços oferecidos pela organização escolar tenta, lentamente, romper com velhos acordos de educação que excluem os alunos com dificuldades de aprendizado ou necessidades especiais.

Ao apropriar-se das ações de ensino utilizadas na escola, através do estudo de caso, verifica-se a importância de perceber as possibilidades e limites desses alunos com deficiência intelectual, bem como do valor de novas investigações futuras, que se tornam necessárias para reflexão de práticas de ensino mais adequadas a esses alunos, à medida que o contemporâneo exige.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, APP EBM Severo de. **Projeto Político Pedagógico**. Canoinhas, 2018.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação docente para a diversidade**. Curitiba: IESDE Brasil, 2016.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Metodologia de ensino da educação especial**. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Inter Saberes, 2013.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **O Desafio das Diferenças na Escola**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjans; TACCA, Maria Carmen V. R. **Possibilidades de aprendizagem:** ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em 25 de março de 2018.

NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa et al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

NASPOLINI, Ana Tereza. **Tijolo por Tijolo:** Prática de Ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2009.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.